
Decrescimento econômico e justiça social¹

Kellen Cristine Pasqualetto²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as reflexões acerca do crescimento econômico, seus limites e perspectivas de decrescimento, a partir de uma revisão teórica. A construção do argumento aponta o esgotamento das concepções de crescimento vigente no sistema capitalista, entrando em pauta a questão levantada por Latouche (2006) quanto à possibilidade de se construir uma sociedade de decrescimento dentro de uma sociedade de crescimento. Propõe-se uma argumentação tendo a Economia Solidária como uma das inúmeras possibilidades. Por fim, mesmo que as propostas apontadas pelos autores da teoria do decrescimento sejam relevantes e necessárias, compreende-se que não possuem força para o enfrentamento da superação desse sistema.

Palavras Chave: decrescimento econômico, trabalho alternativo, economia solidária.

ECONOMIC DECREASE AND SOCIAL JUSTICE

Abstract: This article aims to analyze the reflections about economic growth, its limits and perspectives of decay, from a theoretical review. The construction of the argument points to the exhaustion of the conceptions of growth prevailing in the capitalist system, entering into question the question raised by Latouche (2006), as to the possibility of building a society of decay within a society of growth. It is proposed an argument with Solidarity Economy as one of the innumerable possibilities. Finally, even if the proposals pointed out by the authors of the theory of decay are relevant and necessary, it is understood that they do not have the strength to face the overcoming of this system.

Keywords: economic downturn, alternative work, solidarity economy.

¹  Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, orientanda do professor Luiz Inácio Gaiger, bolsista CAPES/PROSUP, membro do grupo de pesquisa em Economia Solidária e Cooperativismo da UNISINOS (EcoSol) e associada ao coletivo de Mulheres Apoena Socioambiental. E-mail: kpasqualetto@gmail.com.

Introdução

Trata-se de uma reflexão de cunho teórico conceitual, tendo como objetivo o questionamento do modelo de desenvolvimento econômico vigente a partir da perspectiva do decrescimento, das mudanças no mundo do trabalho e do trabalho associativo.

O desenvolvimento deste artigo está dividido em três tópicos. No primeiro, serão abordadas as reflexões acerca do crescimento e do decrescimento econômico a partir de Santos (2002; 2010), Polanyi (2000) e Furtado (1992), autores³ que contribuem tanto no sentido de compreensão da racionalidade do sistema capitalista, como na apresentação de formas alternativas de inclusão social e reconhecimento dos saberes historicamente negados. No segundo e terceiro tópicos, o debate ocorre em torno das questões referentes às mudanças no mundo do trabalho fundamentado em Laranjeira (1993) e Antunes (2014). Apresentam-se os conceitos acerca do protagonismo popular e da Economia Solidária com base nas concepções de Santos (2002), Veronese (2016) e Gaiger (2007; 2009), a partir de aspectos concretos oriundos do campo de pesquisa de mestrado que se encontra em andamento⁴.

Para a consolidação deste artigo, utilizou-se um levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas e pesquisa participante. Os apontamentos finais reforçam a importância e os desafios a respeito do debate em torno do decrescimento. Considera-se que os argumentos contribuem para a compreensão dos limites de se pensar em uma sociedade de decrescimento num sistema de crescimento. Portanto, entende-se que se fazem necessários avanços na perspectiva de uma construção teórica e prática contrária à que se tem seguido, em prol de alternativas para que se alcance, de fato, a igualdade social, econômica e a sustentabilidade para toda a sociedade e não apenas para uma minoria privilegiada.

1 Quando o desenvolvimento econômico domina a pauta

O Brasil tem já mais de cem milhões de habitantes, e duplicará sua população antes do fim do século, porém as fábricas modernas poupam mão de obra e o intacto latifúndio também nega, terra adentro, trabalho. Uma criança em farrapos contempla, com brilho no olhar, o maior túnel do mundo, recém inaugurado no Rio de Janeiro. A criança em farrapos está orgulhosa de seu país, e com razão, porém ela é analfabeta e rouba para comer (GALEANO, 1982, p. 266).

³Por questão de fluidez da leitura, optou-se por manter a escrita flexionada no gênero masculino. No entanto, se reconhece e se valoriza o papel significativo das mulheres, também nessa temática.

⁴A autora está no último semestre do mestrado e sua dissertação versará sobre a influência do protagonismo político dos trabalhadores associados para as transformações da consciência de classe.

O conceito de desenvolvimento que tem predominado na atualidade é o ocidental, do norte, que representa uma imposição ideológica marcada por uma visão capitalista, segundo a qual o urbano, o industrial e o moderno são sinônimos, como bem enfatiza Santos (2002). Trata-se de perspectivas impregnadas de valores específicos e de interesses de uma minoria que concentra grande parte da riqueza (PIKETTY, 2015; CATTANI, 2009).

Para Latouche (2006) e Polanyi (2000), assim como para outros teóricos, a concepção moderna de crescimento foi elaborada há quatro séculos na Europa, momento de cisão entre economia e sociedade. Nessa perspectiva, é que, no segundo quartel do século XX, Polanyi descreve a sua teoria numa perspectiva da antropologia econômica, ampliando os conceitos da economia:

O argumento principal de Polanyi é que o mercado não é o único princípio de comportamento econômico, e que três outras formas de integração caracterizam a produção e a circulação de bens e serviços em uma sociedade: a administração doméstica, a reciprocidade e a redistribuição. Essas quatro formas de integração, incluindo o mercado, constituem os modelos institucionais pelos quais os indivíduos e os elementos do processo econômico – como os recursos, o trabalho e o transporte dos bens – se conectam (POLANYI; PEARSON, 1977 apud CRUZ FILHO, 2012, p. 82).

A partir da consolidação do Estado Moderno, suas bandeiras, que haviam enfatizado a liberdade, a igualdade e a fraternidade, passaram a ter sua lógica focada na razão, na ciência e na acumulação da riqueza e exploração; para Polanyi (2000), terra, dinheiro e trabalho são transformados em mercadoria. Tais perspectivas fundamentaram as ideias liberais, tornando compreensível o entendimento quanto à lógica da economia de mercado se destacar sobre outras formas históricas que se manifestaram. Atualmente, podemos perceber a sua pulsante predominância e força presente nos discursos acerca do desenvolvimento.

O mesmo autor, que aponta as contradições advindas do progresso dos instrumentos de produção - que trouxeram com eles a catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns -, tendo como cenário analítico a Revolução Industrial do século XVIII, contesta as relações de trabalho com a seguinte questão: “que ‘moinho satânico’ foi esse que triturou os homens transformando-os em massa?” (POLANYI, 2000, p. 51). O autor descreve o abismo de degradação humana, destacando que não existiu nenhuma explicação satisfatória para esse acontecimento e aponta que os credos que buscavam explicar os fatos tinham um cunho essencialmente materialista e se mantinham voltados para as questões de mercado. No entanto, Polanyi (2000) considera que tal fato não tenha tido uma causa única e, além disso,

destaca que a idéia de um mercado regulável surge a partir da inserção das máquinas nos processos fabris.

Analisa, assim, a destruição do tecido social a partir de uma “revolução dos ricos contra os pobres” (POLANYI, 2000, p. 53), que buscava desapropriar tudo de essencial para a sobrevivência dos trabalhadores, condicionando-os ao medo da fome e da miséria. Em seu artigo “A nossa obsoleta mentalidade mercantil” (POLANYI, 2012), afirma que a fome e o ganho foram fundamentais para que a lógica do sistema de produção funcionasse:

El hambre y la ganancia se vinculan aqui con la producción a través de la necesidad de “ganar un ingreso”. Porque en tal sistema, el hombre solo puede mantenerse vivo si compra bienes en el mercado con la ayuda de un ingreso que se deriva de vender otros bienes en el mercado (POLANYI, 2012, p. 297).

A mudança da economia anterior para esse sistema de mercado é tão abrupta que é possível comparar com “a metamorfose de uma lagarta” (POLANYI, 2000, p. 60). Nessa perspectiva, a inserção das máquinas exerce um papel fundamental de transformação das relações, que seria o da transformação das relações humanas da sociedade em mercadorias. O autor questiona a transformação das pessoas, terras e dinheiro em mercadoria, mas denominando-as de “mercadorias fictícias” (POLANYI, 2000, p. 94 e 97), pois entende que o trabalho é outro nome que se dá para a atividade humana e que está associado à vida, não é produzido para a venda. A terra é um sinônimo de natureza, portanto não é produzida pelo homem e o dinheiro é apenas um símbolo que adquire significado a partir das relações financeiras.

A partir disso, Polanyi (2000) vai questionar a supremacia do mercado, apontando fatos históricos que indicam que sempre precisamos de uma economia para sobreviver, mas que nunca foi a de mercado, exceto a partir do século XVI com o sistema mercantil. Explica que a economia de mercado é entendida a partir de um sistema auto-regulável, ou seja, é dirigida pelos preços de mercado, lógica do *homo economicus*, razão e eficiência da racionalidade econômica oriunda da economia neoclássica.

Já numa perspectiva brasileira, destaca-se o momento histórico de transição e de ruptura com a herança do passado colonial, em decorrência de acontecimentos no país desde a proclamação da república, passando pelo apogeu e crise do café nos anos 1930 e o fortalecimento industrial. Essas mudanças provocaram alterações no quadro político, econômico e social do país, exigindo a elaboração de uma estratégia de um projeto social capaz de levar o país à modernidade.

Ao tratar do desenvolvimento econômico brasileiro, Celso Furtado precisa ser lembrado, pois teve um papel significativo na articulação em torno da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, assim como foi um dos teóricos da Teoria da Dependência.

Quem diz progresso técnico diz aumento de produtividade, portanto condições propícias à concentração dinâmica da renda e impulso à acumulação, vetor da difusão de novas técnicas. Esse processo, conhecido como desenvolvimento econômico, foi descrito em modelos mentais singelos pelos economistas clássicos, tudo lhes parecendo um incremento do "excedente" social processo que mais cedo ou mais tarde encontraria seus limites (FURTADO, 1992, p. 5).

Destaca-se que Furtado foi um dos maiores economistas brasileiros, ele compôs a equipe da CEPAL, a qual tinha como pressuposto que o desenvolvimento econômico brasileiro estava atrelado a um processo de evolução econômica, por meio do qual o Brasil chegaria a um patamar semelhante ao dos países do norte. Furtado refuta tal tese em seus estudos, pois considera que a pobreza e o subdesenvolvimento brasileiro não se constituíam numa fase, mas numa estratégia de domínio (FURTADO, 1992).

Para Furtado (1992), a teoria do desenvolvimento se consolida por esquemas explicativos nos quais se associam diretamente tanto a assimilação de novas técnicas como a relação direta entre produtividade e o aumento do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social. Acontece que a lógica produtivista foi instaurada, mas seus efeitos mostraram-se contrários ao que havia sido pressuposto, uma vez que a grande acumulação de renda, poder e bem-estar para poucos ocorreram, inclusive, sob tutela do próprio Estado.

Por tudo isso, como bem lembra Silva (2016), as questões que orientam esse estudo são: desenvolvimento do quê, para quê e para quem?

1.1 Quando o decrescimento entra em pauta

O processo de modernização agravou a concentração de riqueza e renda já existente, acentuando-a na fase de industrialização substitutiva [...] o crescimento da produtividade está longe de ser condição suficiente para que se produza o verdadeiro desenvolvimento (FURTADO, 1992, p. 10).

Partindo das teorias de Furtado (1992), Latouche (2006) e Santos (2002), entende-se que a lógica do crescimento pelo crescimento se fortalece, sobretudo, a partir do século XX, como objetivo primordial da vida - se não o único - ignorando com isso não somente os limites humanos, mas também os da biosfera. No Brasil, o agravamento desse cenário se deu a partir da recomposição do neoliberalismo, na década de 1980. De acordo com Antunes

(2014), tal configuração ocasionou importantes mudanças também no mundo do trabalho, setor em que foram sentidas alterações de elementos da forma de ser da classe trabalhadora.

É bem verdade que o modelo de desenvolvimento sofre críticas há décadas. No entanto, normalmente as críticas focam o não acesso a esse modelo, como bem enfatiza Celso Furtado, e não o modelo em si. A busca histórica pelo desenvolvimento vende a ideia de que seria possível contemplar a todos da mesma maneira com o seu caráter formador de desigualdades socioeconômicas e de passivos ambientais (SILVA, 2016).

Nessa perspectiva, embasado nos referidos autores e no último relatório da Oxfam⁵ aponta-se que “se o crescimento econômico entre 1990 e 2010 tivesse beneficiado os mais vulneráveis, hoje teríamos 700 milhões a menos de pessoas, a maioria mulheres, na pobreza” (EL PAÍS, 2017). Entende-se, portanto, que se fazem necessários os avanços na perspectiva de uma caminhada contrária a que se tem seguido e apontada como única forma.

Na mesma perspectiva do relatório da Oxfam, o economista e filósofo francês Latouche (2006) descreveu três limites da sociedade de crescimento: “ela causa um aumento das desigualdades e das injustiças, cria um bem-estar muito ilusório, não proporciona nem mesmo para os ‘abastados’ uma sociedade convivial e sim uma anti-sociedade doente por causa de sua riqueza” (LATOUCHE, 2006, p. 5).

Considera-se que essa lógica vigente se constitua na *razão indolente* que Boaventura de Souza Santos desenvolve em sua obra “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, de 2002⁶. A *razão indolente* é constituída por quatro razões: a *razão impotente*, que se caracteriza por não poder reagir ao que se apresenta exterior a ela; a *razão arrogante*, que se sente livre, inclusive da necessidade de mostrar a sua própria liberdade; a *razão metonímica*, que se entende como a única forma de racionalidade; e a *razão proléptica*, que sabe tudo do futuro.

Contrapondo-se a essa lógica, Santos (2002) aponta a necessidade da elaboração de uma *razão cosmopolita*, composta por três procedimentos sociológicos: a *sociologia das ausências*, das *emergências* e da *tradução*. Não se pretende aqui aprofundar o estudo de Santos, mas propor reflexões a partir de algumas de suas concepções. Para isso, enfatizam-se

⁵A Oxfam é uma confederação que reúne 17 organizações, totalizando mais de 3000 parceiros. Atua em 100 países na busca de soluções para o problema da pobreza e da injustiça, através de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

⁶Essa teoria de Santos é fruto da realização de um projeto de pesquisa transnacional envolvendo seis países periféricos, que tem como objetivo compreender o modo como iniciativas alternativas questionam a razão indolente.

as cinco lógicas da não existência⁷ desenvolvidas pelo referido autor, enfatizando-se a última: a *Ecologia da Produtividade*, que é proposta em substituição à *Lógica Produtivista*.

A *Lógica Produtivista* constitui-se na monocultura da produtividade capitalista hegemônica, tendo o crescimento econômico como inquestionável. Nesse sentido, a *sociologia das ausências* busca substituir essa concepção pela *Ecologia da Produtividade*, que, ao contrário da *lógica produtivista*, consiste:

Na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou. Esse é talvez o domínio mais controverso da sociologia das ausências, uma vez que põe diretamente em questão o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico infinito e a lógica da primazia dos objetivos de acumulação sobre os objetivos de distribuição que sustentam o capitalismo global (SANTOS, 2002, p. 253).

Nesse sentido, entende-se que as possibilidades da Economia Solidária, que serão descritas no próximo tópico, vão ao encontro não apenas da proposta de decrescimento de Latouche, mas também da *sociologia das ausências* de Santos (2002), vindo a consolidar, na prática, uma busca de inclusão produtiva dos menos favorecidos, portanto, em prol da justiça social, cognitiva e econômica.

2 Da não-classe-de-não-trabalhadores para a classe-que-vive-do-trabalho⁸

A reflexão sobre crescimento e decrescimento também passa pela questão do trabalho. Desde o início do capitalismo até os dias atuais, são diversas as concepções acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A compreensão da dinâmica entre o emprego, o desemprego, o trabalho autônomo e o trabalho associado requer a análise a partir de diferentes perspectivas, as quais serão abordadas neste tópico.

Há quem defenda que vivenciamos o “fim do trabalho” e a despolitização da classe trabalhadora, a exemplo de Gorz (1968) e Offe (1985). Por outro lado, autores como Antunes (2003; 2005; 2009; 2014) e Cattani & Holzmann (2006) consideram que o trabalho, composto por categorias ontológicas e históricas, é indissociável da vida humana.

A despeito da discussão em aberto sobre o tema, parte-se do pressuposto de que o

⁷As cinco lógicas da não existência são: a monocultura do saber, do tempo linear, lógica da classificação social, lógica da escala dominante e lógica produtivista.

⁸Expressão utilizada por Ricardo Antunes.

trabalho continua sendo uma categoria sociológica chave na esteira dos estudos desenvolvidos por Antunes (2003; 2005; 2014). Por certo, deve-se considerar a heterogeneidade, a fragmentação, a precarização e a complexificação da classe trabalhadora a partir das inúmeras reconfigurações ocorridas nas últimas décadas. As formas que o capitalismo contemporâneo vem assumindo acentuaram a sua lógica num contexto de crise estrutural do capital (ANTUNES, 2005).

Dentre os exemplos de tendências que o trabalho vem assumindo no curso do capitalismo contemporâneo, está o da substituição do padrão produtivo taylorista e fordista pelo trabalho flexibilizado e desregulamentado, bem como o da substituição de um modelo de regulação social democrático por um modelo de (des)regulação neoliberal, privatizante e antissocial (ANTUNES, 2005).

Para Latouche (2006), as teorias vigentes que justificam o “pró-crescimento” são, no fundo, amplamente compartilhadas pela esquerda, inclusive pelos “alterglobalistas”, que consideram que o crescimento é também a solução para o problema social na medida em que cria empregos e favorece uma distribuição mais equitativa (LATOUCHE, 2006, p. 2). A nova fase do capitalismo contemporâneo brasileiro, relacionada ao mundo do trabalho, é composta pela “flexibilização produtiva, as desregulamentações, as novas formas de gestão do capital, a ampliação das terceirizações e da informalidade” (ANTUNES, 2014, p. 41).

Se na década de 1990 tivemos um período de forte redução nos empregos formalizados, na década de **2000 foram criados 21 milhões de postos de trabalho, dos quais 94,8% percebiam uma baixa remuneração** (1,5 salários mínimos por mês). As atividades nos serviços geraram 6,1 milhões de empregos; seguidas pelos trabalhadores do comércio com 2,1 milhões; da construção civil com 2 milhões; de escriturários com 1,6 milhão; da indústria têxtil e vestuário, com 1,3 milhão; e do setor público com 1,3 milhão (ANTUNES, 2014, p. 41, **grifo nosso**).

Nesse contexto, Antunes (2014) traz o exemplo do que ocorre nas montadoras automobilísticas enfatizando o caso da General Motors do Brasil – GMB, que foi um dos lugares pesquisados por sua equipe. A partir de entrevistas com trabalhadores e gestores e de dados que comprovam a mudança de renda média dos trabalhadores entre 2007 e 2012, é possível compreender com mais clareza a situação. Antunes identifica a pressão psicológica sofrida pelos trabalhadores para que a produção ganhe velocidade; em decorrência disso, aponta o alto grau de estresse e lesões, que, por sua vez, não vem acompanhado com aumento de remuneração. O relato do vice-presidente de manufatura da GM América do Sul, citada por Antunes (2014), ilustra a questão:

Graças à tecnologia e ao processo de melhorias contínuas, podemos ganhar um segundo a mais, dois segundos a mais no ciclo de cada veículo. E acrescenta: para se ter uma ideia da importância disso, em Gravataí, que tem capacidade para 360 mil unidades por ano, ganhar um segundo, só nas operações de gargalo da produção, significa 7 mil carros a mais por ano (ANTUNES, 2014, p. 113).

A partir do exposto, a pergunta que fica é: quem se apropria do ganho dos 7 mil carros excedentes por ano, uma vez que - de acordo com os dados apresentados por Antunes (2014) - os salários não sofreram aumento significativo, pelo contrário, em alguns lugares houve, inclusive, diminuição?

O que se pretende enfatizar é a luta do capital contra o trabalho (CATTANI, 2009). Entende-se que, na sociedade capitalista, o capital se sobrepõe ao trabalho, resultando, assim, numa lógica de crescimento de acumulação de lucro para poucos e exploração do trabalho da maioria. Nesse sentido, reforça-se a importância da discussão sobre o decrescimento, que passa por equidade de distribuição de renda e divisão dos ganhos.

Nessa perspectiva referente ao acúmulo de riqueza, outro importante autor é o francês Thomas Piketty, que, em sua obra “O Capital no século XXI”, realiza um resgate sobre as desigualdades sociais do século XVIII ao XXI. Piketty e a sua equipe de alunos e professores fizeram um brilhante resgate de dados históricos para a realização deste estudo aprofundado acerca da dinâmica da distribuição de renda e da riqueza. A partir de dados quantitativos apresentados neste debate, pode-se afirmar que “a riqueza herdada é quase tão decisiva para o padrão de vida de uma família no século XXI quanto era na época em que Balzac escreveu ‘O pai Goriot’” (PIKETTY, 2014, p. 29). E, na perspectiva de que “pela lógica, a riqueza herdada aumenta mais rápido do que a renda e a produção” (PIKETTY, 2014, p. 33), é que se entende que os resultados do crescimento econômico não estão diretamente relacionados com a distribuição de renda; em consequência disso, as desigualdades sociais aumentam, ou seja, a promessa de que o desenvolvimento chegaria para todos não foi constatada também no estudo dos 300 anos de capitalismo em 15 países pesquisados por Piketty⁹.

2.1 Economia Solidária: ampliação do conceito de economia e de desenvolvimento

⁹Importante considerar que, embora os dados trazidos por Piketty (2014) corroborem o raciocínio que se pretende desenvolver neste artigo, apontando o limite do sistema capitalista, para o autor, o futuro não é catastrófico. Piketty acredita que há saída dentro dessa lógica capitalista, possivelmente pelo fato de se referir a países ocidentais considerados desenvolvidos ou em desenvolvimento, cenário distinto do da realidade da América Latina.

O termo economia solidária ganhou expressão e oficialidade no Brasil a partir dos anos 1990, à medida que despontaram iniciativas econômicas notabilizadas e reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão. Ao expandir-se, a economia solidária passou a abarcar diversas categorias sociais e variadas modalidades de organização, como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones, bancos comunitários e cooperativas populares, dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito. Nos dias atuais, o termo evoca um conjunto amplo de organizações econômicas, de entidades representativas e de organismos da sociedade civil e do Estado; ele tem servido para designar, simultaneamente, um tipo peculiar de empreendimento econômico, um movimento social e uma área de intervenção política (GAIGER, 2016b, p. 1).

Embora não haja consenso sobre o momento do surgimento da Economia Solidária, entende-se que, no Brasil, este ocorreu a partir da década de 1990. A Economia Solidária, além de ser uma forma alternativa de produção, consumo e distribuição, propõe-se a ser uma nova forma social de produção mais humanizada, colocando os trabalhadores no centro do processo (GAIGER; LAVILLE, 2009; CORAGGIO, 2000).

Além de proporcionar a criação de ambientes coletivos de geração de trabalho e renda, cooperativas de produção e comercialização, redes e clubes de troca, sistema de comércio justo e de finanças e grupos de produção ecológica, a Economia Solidária também cria espaços públicos de proximidade, como os fóruns, por exemplo, que se constituem como oportunidades de autonomia em relação às esferas de poder instituídos, e contribuem para sedimentar um modelo democrático dialógico (GAIGER; LAVILLE, 2009).

Essas concepções vão ao encontro das teorias de Santos (2002), como a perspectiva da *razão indolente*, por exemplo, que se refere a uma crítica à racionalidade vigente nas ciências sociais, propondo outra forma de conceber o conhecimento fora dos eixos convencionais.

Nesse sentido, talvez sua principal questão esteja em colocar o trabalho e - não o capital - como centro do processo, assim como se pressupõe a partir das práticas do *Sumak Kawsay*¹⁰:

Colocar el trabajo como base de la economía supone el reconocimiento de un hecho básico, pero también contribuye a revertir prácticas y valoraciones especulativas y depredadoras asociadas al mercado. Reconocer todas las formas del trabajo y su carácter productivo hace justicia histórica con ámbitos, personas y colectividades que habían sido despojados de su estatus

¹⁰*Sumak Kawsay* é uma expressão oriunda da língua kichua, idioma tradicional dos Andes. A palavra significa a busca por reconhecer o direito da população de viver num ambiente são e ecologicamente equilibrado, que assegure a sustentabilidade e o bem viver. A expressão é usada como referência ao modelo de desenvolvimento do Equador, que, desde 2008, tem o *Sumak Kawsay* previsto em sua constituição.

económico y de los derechos correlativos (LÉON, 2010, p. 114).

Nesse sentido, a perspectiva do *Sumak Kawsay* vai ao encontro das concepções de Polanyi, quanto a ampliação do conceito de economia que vem sendo colocado em prática nas experiências da Economia Solidária.

No entanto, mesmo que a Economia Solidária, a partir de outra racionalidade, possa ser compreendida como uma iniciativa que surge para além da geração de trabalho e renda, principalmente para uma gama da população excluída do processo convencional de trabalho, tem apresentado seus limites de superação do modelo de desenvolvimento vigente.

Diferente da posição de alguns dos entusiastas da Economia Solidária, como Singer (2003), que acredita que ela se constitua numa visão mais politizada, engajada e propositiva, representando uma trajetória de militância política relacionada à defesa da proposta socialista de Economia Solidária, Gaiger (2007) defende que a Economia Solidária não se apresenta como uma forma alternativa de modo de produção capitalista, mas como uma expressão de uma nova forma social de produção:

La economía solidaria no reproduce las relaciones capitalistas en su interior, en el mejor de los casos las remplaza por otras, pero tampoco elimina o amenaza a la reproducción de la forma típicamente capitalista, al menos en el horizonte que por hora es aprehensible por el conocimiento (GAIGER, 2007, p. 92).

Portanto, por mais que, na teoria e na prática da Economia Solidária, esta possa ser identificada como forma alternativa e mais humanizada de se fazer a economia, ela não se constitui como um novo modo de produção, mas como uma nova forma alternativa, que carrega todas as contradições e esperanças de um novo processo de trabalho associado e com sentido para os trabalhadores.

Reforçando esse olhar, “tais experiências carregam consigo as disjuntivas de risco e possibilidade, de velho e novo, emergindo, portanto, como portadoras a um só tempo de um conjunto de potencialidades e de limites” (LEITE, 2009, p. 33). Considera-se, portanto, a importância da Economia Solidária, que busca promover geração de trabalho e renda a partir de formas de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, mas sem deixar de apontar os limites e desafios dessa proposta.

3 A Economia Solidária e a Justiça Econômica: o caso dos catadores de materiais recicláveis

Um sistema de desvinculo: boi sozinho se lambe melhor... O próximo, o outro, não é seu irmão, nem seu amante. O outro é um competidor, um inimigo, um obstáculo a ser vencido ou uma coisa a ser usada. O sistema que não dá de comer, tampouco de amar: condena muitos à fome de pão e muitos mais à fome de abraços (GALEANO, 2017, p. 81).

A proposta da Economia Solidária se constitui numa contraposição aos problemas identificados no mundo do trabalho por Antunes (2014), pois, ao questionar a lógica vigente, esta busca - por meio do trabalho associado - não fomentar um clima de terror. Entende-se que suas práticas autogestionárias possam diminuir não apenas o sentimento de descartabilidade e de inutilidade decorrente de adoecimentos e envelhecimentos - o que é recorrente nos trabalhos assalariados - assim como também possa diminuir a hierarquia de cobrança, minimizando a escala de sofrimento.

Busca-se, neste tópico, apresentar parte do campo do estudo em andamento referente à articulação política dos catadores, a partir de um resgate das questões relacionadas à Economia Solidária, no que diz respeito à forma como ela aponta aspectos de ressignificação do trabalho tendo como base uma abordagem econômica mais ampla do que a prevista no processo de desenvolvimento convencional.

Nessa perspectiva, apresenta-se a experiência do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos – FRVS, que é um coletivo de catadores¹¹ composto por 406 trabalhadores, representantes de 17 cooperativas de Reciclagem do Vale dos Sinos, oriundos de 08 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. O FRVS, desde 2003, busca o fortalecimento da categoria profissional e a contribuição para a participação popular e incentivo à democracia.

O que se constata, até o momento, a partir da pesquisa participante, análise bibliográfica e entrevistas realizadas, é que as experiências descritas anteriormente, que reforçam a perspectiva de humanização das práticas de trabalho e outros valores além do monetário e crescimento desenfreado, circulam nesse espaço do FRVS. Observou-se que, mesmo que o propósito do Fórum seja o de articulação política, na prática, ele influencia, principalmente, na reafirmação de laços, de esforço de manutenção de um espaço onde prevaleça a solidariedade democrática e fortalecimento da identidade de classe trabalhadora em busca de um desenvolvimento social e econômico mais justo para todos os envolvidos (quadro 1).

¹¹Os trabalhadores da reciclagem do Vale dos Sinos, que participam deste fórum, não se reconhecem como catadores, mas como recicladores. Mesmo que a profissão, que está regulamentada desde 2002, seja a de catador de material reciclável, eles acreditam que catador é o trabalhador que recolhe material reciclável na rua e não o que está organizado em coletivos de trabalho, como eles. Portanto, segundo as entrevistas realizadas, os recicladores pertencem a um nível mais elevado na cadeia da reciclagem.

Quadro 1 -

Quadro de verificação das práticas econômicas do FRVS a partir de Polanyi (2000) e da <i>Ecologia da Produtividade</i>, de Santos (2002).	
Intercâmbio (economia de mercado)	Todas as cooperativas vinculadas existem porque constituem as fontes de renda dos recicladores envolvidos, o que reforça a importância dessa atividade econômica. Existe ainda uma vontade de que o Fórum realize a comercialização conjunta entre as cooperativas participantes, mas, na prática, esta não ocorre e, além disso, pouco se discute a questão.
Reciprocidade (economia social)	Trata-se de um espaço de construção e reafirmação de vínculos sociais, a partir da socialização das experiências individuais e do que acontece em cada cooperativa; reafirmação das práticas, busca de força coletiva da categoria e espaço de escuta; elaboração de projetos conjuntos em nome do FRVS, que beneficiem a todos; realização de formações coletivas, intercâmbios ¹² . O Fórum se configura como um local de reforço da identidade de classe dos recicladores.
Domesticidade (economia familiar)	O Fórum ocorre num formato de roda de conversa, com o compartilhamento de bebidas e comidas. Busca a socialização das ações, assim como se constitui num espaço de formação, de trocas de informações para além das demandas objetivas dos recicladores. Por vezes, há apresentações artísticas ¹³ . A participação é voluntária e não contratual. É um espaço reconhecido como acolhedor.
Redistribuição (economia pública)	O Estado possui um papel fundamental para a manutenção das condições de trabalho e reconhecimento da categoria a partir de pagamento pelo serviço que esta presta aos municípios: para isso, o Fórum exige o cumprimento da Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS ¹⁴ .

Fonte: elaboração própria.

Considera-se que esse cenário representa a tentativa de ampliação da concepção de desenvolvimento por parte dessa classe trabalhadora, uma vez que as finalidades do FRVS são extrapoladas. Se analisadas sob as perspectivas de Gaiger (2015), consistem em práticas que poderiam ser definidas como metautilitaristas¹⁵. Sendo assim, o Fórum, que teria como objetivo inicial o fomento de questões políticas e articulação econômica conjunta é permeado

¹²Os chamados intercâmbios são as trocas de vivências que se realizam entre as cooperativas, em que uma pessoa trabalha por um dia em outra cooperativa com a finalidade de conhecer e trazer para seu grupo outras perspectivas sobre a organização do trabalho que é realizado nessas cooperativas.

¹³A Cooperativa Coolabore de Novo Hamburgo possui um coral de recicladores.

¹⁴Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

¹⁵A esse respeito, consultar Gaiger (2016a). Em síntese, para Gaiger, o metautilitarismo significa a ampliação de conceitos propostos pelas práticas da Economia Solidária que alargam os sentidos da articulação coletiva em prol não apenas de benefícios individuais, mas coletivos.

por outros propósitos: ainda que não sejam perdidas de vista as questões econômicas, a atuação do Fórum parece mais voltada ao fortalecimento de vínculos sociais e reafirmação da classe dos recicladores da região, aspectos que, nessa perspectiva ampliada de economia, não deixam de ser menos importantes e convergem para uma proposta de desenvolvimento inclusivo e para todos.

Considerações finais

Compreender o processo de esgotamento da racionalidade vigente é um passo importante para a construção de outras perspectivas. Nesse sentido, o trabalho de milhares de pessoas envolvidas com a Economia Solidária ou em outras formas de trabalho coletivo, como bem ilustrou Gaiger (2012), constitui-se como fundamental para que a classe trabalhadora, ou a classe-que-vive-do-trabalho encontre uma atividade laboral que supra as suas necessidades.

Na mesma lógica das reflexões do trabalho com sentido e humanizado, encontram-se os apontamentos trazidos por Latouche (2006) sobre a necessidade do decrescimento:

Assim como não há nada pior que uma sociedade trabalhista sem trabalho, não há nada pior que uma sociedade de crescimento sem crescimento. É o que condena a esquerda institucional, por não ousar descolonizar o imaginário, ao social - liberalismo. O decrescimento, portanto, só é possível numa sociedade de decrescimento (LATOUCHE, 2006, p. 9).

A partir do exposto dessa citação de Latouche (2006), alguns questionamentos seguem latentes: qual seria o limite em pensar outra forma de trabalho, mais humanizado, como a Economia Solidária ou orientado pelas práticas previstas no *Sumak Kawsay*, dentro de um sistema que vive da exploração do trabalho? É possível construir uma sociedade de decrescimento dentro de uma sociedade de crescimento? Essas indagações ainda permanecem sem respostas, motivo pelo qual se pretende a dar continuidade a tais pesquisas.

O fato central é que o conceito de desenvolvimento foi inserido na sociedade moderna como algo que, além de acessível a partir do esforço de todos, traria como resultado o bem comum, o que os estudos não têm comprovado, até então (FURTADO, 1992; POLANYI, 2014).

Os avanços econômicos, científicos e tecnológicos que ocorreram no mundo - principalmente a partir da década de 1980 - não garantiram iguais avanços quanto à

distribuição de renda. Isso reforça a tese de que as desigualdades sociais são indispensáveis para o bom funcionamento do capitalismo (CATTANI, 2009).

Nesse sentido, existem grupos que se contrapondo a essa lógica, optaram por um (des)envolvimento que respeite seus territórios, suas práticas de produção e seus saberes. Não se trata de negar os benefícios da modernidade, mas sim de incorporá-los de uma forma que respeitem as culturas, as realidades e promovam distribuição de renda justa respeitando o tempo e o interesse de cada pessoa, assim como preservando o meio ambiente. Tais perspectivas são encontradas, mesmo com seus limites, nas experiências da Economia Solidária por todo o país.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Riqueza e Desigualdades. In: *Caderno CRH*. Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, 2009.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 81, p. 39-53, 2014.

_____.; HOLZMANN, Lorena. (Org.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel, et Al. (Org.). *Economia dos setores populares, entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CRUZ FILHO, Paulo Roberto Araujo. As formas de comercialização na economia social e solidária e os princípios de comportamento econômico de Polanyi. In: *Otra Economía*, v. 6, n. 10, p. 79-97, 2012.

EL PAÍS. *Oito homens possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da humanidade*, 2017. Disponível em: <<http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/economia/1484311487191821.html>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. In: *Revista do Instituto de Economia da Unicamp*, v. 1, n. 1, 1992.

GAIGER, Luiz Inácio; LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária. In: HESPANHA, Pedro; GAIGER Luiz Inácio. CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis. (Org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. 1º ed. Coimbra: Almedina, v. 1, p. 162-168, 2009.

_____. La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. In: CORAGGIO, José Luis. (Org.). *La Economía Social desde la Periferia: Contribuciones Latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, 2007.

_____. A presença política da economia solidária: considerações a partir do primeiro mapeamento nacional. In: LEITE, Márcia; GEORGES, Isabel. (Org.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, p. 289-321, 2012.

_____. *A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade*. Coleção EcoSol. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016a.

_____. *A Economia Solidária e o Mundo do Trabalho: quatro teses a partir de dados nacionais*. 40º Encontro Anual da ANPOCS. Programa de Pós-Graduação em Ciências

- Sociais. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016b.
- GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- _____. *As veias abertas da América Latina*. 14° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- LARANJEIRA, Sônia. M. Faz sentido falar em classes sociais? In: *Cadernos de Sociologia*. Programa Pós-Graduação em Sociologia, v. 4, n. especial. Porto Alegre: PPG/UFRGS, 1993.
- LATOUCHE, Serge. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. Ano 4, n. 56, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.
- LEITE, Márcia. P. A Economia Solidária e o trabalho associativo: Teorias e Realidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, 2009.
- LEÓN, Irene. *Sumak Kawsay/ Buen Vivir y cambios civilizatorios*. Quito: FEDAPS, 2010.
- OFFE, Claus. Work: the key sociological category? In: OFFE, Claus. *Desorganizado capitalismo: transformações contemporâneas em trabalho e política*. Cambridge: Polity Press, 1985.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação - as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. et Al. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. In: *Textos Escogidos*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, 2002.
- SILVA, Flávio José Rocha. O Conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. In: *Revista Pegada*, v. 17, n. 2, 2016.
- SINGER, Paul. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio D. *A Outra Economia*, p. 116-125. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- VERONESE, Marília. *Psicologia social e economia solidária*. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.
- _____. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. In: *Contemporânea*, v. 6, n. 1, p. 213-236, 2016.

Recebido em 19-03-2017;
Revisado em 27-07-2018;
Publicação em 15-12-2018.